



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

**Cadê a política que estava aqui?
A produção de um catálogo de políticas públicas
culturais para o município de
Campos dos Goytacazes**

Orientadora: Mariele Troiano

Bolsista: Angela Maria Terra Ribeiro

Voluntária: Beatriz Siqueira Rodrigues

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2026



SUMÁRIO

RESUMO	2
INTRODUÇÃO	3
REVISÃO DA LITERATURA	4
MATERIAIS E MÉTODOS.....	8
REGISTROS DAS COLETAS DE DADOS E DISCUSSÕES.....	10
ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	13
RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	27

RESUMO

O projeto de pesquisa “Cadê a política que estava aqui? A produção de um catálogo de políticas públicas culturais para o município de Campos dos Goytacazes” foi desenvolvido no âmbito da Universidade Federal Fluminense, *campus* Campos dos Goytacazes, com financiamento do Programa Mais Ciência, visando mapear a trajetória das políticas culturais do município campista. A partir da literatura disponível sobre o tema, o objetivo geral foi compreender o caminho construído e, em permanente construção, da cultura no território e, sob a perspectiva dos gestores públicos e trabalhadores da cultura, analisar a participação e a representação dos setores no construto institucional. Desta forma, definiram-se dois objetivos específicos: (a) identificar como as prioridades são estabelecidas no município e (b) compreender como ocorre a participação e a interlocução dos atores interessados no desenvolvimento do setor. Para além do aporte teórico sobre o tema, a pesquisa realizou entrevistas estruturadas com agentes culturais, utilizando a amostragem *snowball* (bola de neve) e pesquisa de campo em atividades culturais. Os resultados finais apontam para a construção inédita de uma linha do tempo sobre a trajetória de luta e persistência da política cultural em Campos dos Goytacazes, bem como para a existência de um conjunto de obstáculos que tornam as políticas perenes e frágeis, dificultando a permanência de ações e, desastrosamente, reproduzindo desigualdades no território.

INTRODUÇÃO

Este relatório pretende relacionar as atividades desenvolvidas pelo projeto de pesquisa “Cadê a política que estava aqui? A produção de um catálogo de políticas públicas culturais para o município de Campos dos Goytacazes”, fomento do programa Mais Ciência, da prefeitura municipal, em parceria com as instituições de ensino superior. O projeto surgiu do interesse em analisar o cenário das políticas culturais no município, a partir do entendimento de que, nos últimos anos, a área cultural tem ganhado força e atenção no âmbito nacional e nos municípios brasileiros, impulsionada pela mobilização de coletivos e de agentes culturais em prol da preservação das mais diversas formas do fazer cultural (Calabre, 2009).

A área da cultura é diversa e, durante toda a execução da pesquisa, essa concepção foi levada em consideração. Assim, a cultura pode ser entendida sob múltiplas dimensões, abrangendo desde o viver coletivo e os costumes cotidianos até as manifestações artísticas e os eventos em geral (Geertz, 1989). Para essa pesquisa, o objetivo foi entender o tema a partir da definição de política pública e a institucionalização da área no município (Souza, 2006). Sendo assim, compreendemos a cultura como um direito democrático em seu sentido mais amplo, isto é, como uma política pública de Estado pautada pelo pressuposto da continuidade ao longo dos diferentes governos, além de interseccionada a outras pastas, como educação, transporte e saúde. Constata-se, inicialmente, um entendimento reducionista que atrela a cultura quase exclusivamente à promoção de eventos e uma programação de celebrações. Geralmente, essa percepção decorre da desarticulação do setor com as estruturas política e institucional. Ao se deparar com essa questão, a pesquisa incorporou novos questionamentos, o que reiterou a importância de sua execução. Além disso, ao definir a cultura como um bem público, assume-se a premissa de que ela é um direito de todos os cidadãos, sendo dever do governo assegurar o acesso da sociedade e garantir a perenidade dos incentivos destinados ao setor, protegendo a pasta de rupturas e mudanças estruturais a cada troca de gestão no município.

É importante mencionar que, atualmente, no Brasil, os municípios não são diretamente obrigados a seguir o Plano Nacional de Cultura ou o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Existe, contudo, um incentivo do governo federal para que as administrações locais instituam seus próprios planos e sistemas de acordo com as

realidades territoriais, alinhando-se às diretrizes nacionais. Entretanto, os municípios que aderem ao SNC passam a contar com apoio técnico e tornam-se aptos a receber repasses diretos de recursos.

Desta forma, o projeto de pesquisa delimitou-se ao município de Campos dos Goytacazes, uma das maiores extensões territoriais e econômicas do estado do Rio de Janeiro. A questão norteadora deste trabalho busca compreender como se caracteriza a trajetória das políticas culturais no cenário campista, por meio da construção de uma linha do tempo. O intuito é analisar a efetividade e a estabilidade dessas ações na localidade, além de evidenciar as percepções dos atores diretamente interessados em sua formulação, execução e, principalmente, sua continuidade.

REVISÃO DA LITERATURA

A trajetória das políticas culturais em Campos dos Goytacazes reflete um complexo processo de transição entre ações episódicas de governo e a busca por políticas públicas perenes e isso é ainda mais notável quando analisamos a partir das literaturas acerca do tema, sejam elas nacionais ou com recorte local.

O diálogo com a literatura sobre as políticas culturais no Brasil e em Campos dos Goytacazes permite observar que, ao longo dos anos, ocorreram transformações profundas na noção do que deve ser considerado cultura. Essa percepção evoluiu de uma visão restrita, limitada às chamadas “belas-artes”, para uma concepção ampliada que abrange as dimensões simbólica, cidadã e econômica. Esses três pilares são fundamentais para o cenário campista, uma vez que estruturam o Plano Municipal de Cultura (2021-2031). Essa abordagem tridimensional ganhou força no cenário nacional no início dos anos 2000, sob a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC). Conforme aponta Semensato (2014), essa mudança paradigmática foi significativa porque, no período anterior, o campo cultural sofria com a negligência do Estado, cuja atuação limitava-se a seguir uma estrita lógica de mercado.

Mas com a chegada de um novo governo e uma nova gestão mudou-se também a forma de pensar a área da cultura e houve uma reformulação do setor como um importante gerador de desenvolvimento humano e econômico. Assim, a cultura é (re)colocada como um direito fundamental da sociedade e o Estado deixa de ser aquele

que detém o único direito de ser produtor para tomar o papel de ser um agente democratizador de acesso e fomento. Dessa forma, entendemos como política pública uma ação que tem intuito de ter amplo alcance social e não se restringir somente a ações esporádicas de cada agenda de governo. A renomada pesquisadora Lia Calabre (2007, p.17) destaca que “o Estado não deve ser um produtor de cultura, mas pode e deve ter a função de democratizar as áreas de produção, distribuição e consumo. Cultura é fator de desenvolvimento”. Essa visão defende que a função do poder público é garantir condições adequadas para que o setor cultural se desenvolva de forma autônoma. Esta reflexão da pesquisadora Lia Calabre vai ao encontro das análises dos estudos de Semensato e do que passou a ser proposto para as políticas culturais em escala nacional a partir de 2003, com a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC). No município campista, contudo, essas visões transformadoras passaram a reverberar com maior intensidade recentemente, com a elaboração conjunta do Plano Municipal de Cultura. Esse processo trouxe para o cerne do debate o conceito de cidadania cultural, contrapondo-se à perspectiva reducionista que antes restringia o setor a um padrão elitista ou específico de manifestação. Ambas as autoras refletem sobre essa mudança paradigmática ao pontuar que o acesso à cultura não deve ser tratado como um privilégio, mas sim como um direito fundamental de toda a sociedade. Por conseguinte, torna-se imperativo que o poder público garanta a estabilidade institucional das políticas culturais, impedindo que as ações setoriais sofram com descontinuidades administrativas.

Atualmente, o município de Campos dos Goytacazes conta com um Plano Municipal de Cultura (PMC), instituído pela Lei nº 9.065, de 31 de maio de 2021. Em seu planejamento para as políticas públicas locais, esse documento incorpora a mudança de perspectiva iniciada no cenário nacional nos anos 2000. O plano representou um dos pilares aos quais a pesquisa se dedicou ao longo de sua execução, configurando-se como peça fundamental para compreender a trajetória percorrida ao longo dos anos pelos trabalhadores da área cultural no município campista.

A criação do PMC representa um marco para a história cultural do município; contudo, para compreender a sua elaboração, fez-se necessário resgatar o caminho traçado anteriormente à legislação, isto é, as lutas históricas e a relação pregressa de Campos com o setor cultural. O município é amplamente reconhecido pela notável riqueza econômica proveniente dos *royalties* do petróleo. Em contraponto, essa

abundância financeira, por vezes, ofuscou outras agendas locais, relegando o setor cultural a um plano secundário. Ainda assim, a cidade possui uma história cultural extremamente rica: antes do advento do petróleo, o território foi marcado, no século XIX, pela economia da cana-de-açúcar e do álcool, cujo dinamismo impulsionou de forma marcante a constituição de identidades, modos de vida e as formas do fazer artístico na planície campista:

A intensidade da vida cultural na cidade de Campos dos Goytacazes no século XIX, como já dissemos, se deu a par um grande desenvolvimento da cidade relacionado à atividade sucroalcooleira. No entanto, Teresa Peixoto argumenta que o crescimento econômico por si só não explica o protagonismo da cidade neste período. A presença de uma classe caracteristicamente urbana e burguesa irá impor apreciável mudança nas formas de representação da cidade. Não é apenas o espaço urbano que se transforma, é um novo estilo de vida que se instala na cidade, e pode ser percebido em diferentes setores, destacando-se o cultural. O surgimento e consolidação desta classe social de caráter urbano estimula o campo artístico; surgem jornais e revistas especializadas, erguem-se teatros, soam as bandas músicas. Campos dos Goytacazes renasce a cada dia em seu Boulevard” Políticas Culturais em Campos dos Goytacazes e a Universidade: sobre trajetórias e diálogos- uma introdução. (TEIXEIRA, 2015 p.30)

Mesmo possuindo esse robusto panorama, o município sofre de forma recorrente com a descontinuidade de suas políticas públicas culturais, sendo caracterizado na literatura especializada por constantes instabilidades no setor. Ao longo das décadas, a cidade desenvolveu uma vida urbana movimentada, impulsionada pelo comércio e pelo florescimento de uma identidade cultural local. Contudo, apesar desse histórico, a gestão cultural campista acabou, em diversos momentos, restringindo o fazer cultural à promoção de eventos. Consolida-se, assim, uma confusão conceitual e prática entre o que de fato constitui uma política pública de cultura e a manutenção de um calendário de eventos pontuais e intermitentes.

A política pública é o instrumento fundamental para orientar um programa de governo de forma democrática. Diante disso, para que uma ação se configure de fato como uma política cultural, é necessário compreendê-la como uma modalidade de política social, estruturada por um conjunto

de princípios voltados a atender às necessidades culturais da sociedade e a promover o seu desenvolvimento. Desse modo, a política cultural requer conceitos bem definidos, diretrizes claras e objetivos específicos a serem alcançados. Além disso, exige estratégias de implementação e a previsão dos meios e recursos necessários para a execução das ações planejadas. A articulação interdependente entre todas essas etapas é o que confere coerência e sentido à política cultural (TEIXEIRA, 2015, p.20)

Uma vez explicitados os conceitos e processos de uma política pública cultural, torna-se possível apreender os principais elementos que a constituem. É fundamental analisar como essas políticas foram estruturadas a partir dos anos 2000 e a profundidade que o setor adquiriu. Sob essa ótica, compreende-se que a dimensão simbólica (relacionada aos modos de vida e de criação), a dimensão cidadã (que ratifica a cultura como um direito fundamental e democrático) e a dimensão econômica (enquanto fonte geradora de emprego e renda) constituem aspectos indissociáveis do setor que antes permaneciam ofuscados por outras agendas. A cultura, em sua amplitude, acolhe as vivências, as tradições, os direitos, o sustento de milhares de pessoas e trabalho. Desse modo, o que antes era restrito a uma definição elitista de arte transforma-se em um bem coletivo, descentralizando o modelo tradicional no qual o Estado atuava como único produtor de cultura. Com essa virada na compreensão da política pública (que transita de um modelo predominantemente verticalizado *top-down* para uma abordagem descentralizada e participativa *bottom-up*), o poder público assume definitivamente o papel de agente democratizador (Sabatier, 1986; Lipsky, 2010).

Deste modo, é possível discernir entre política de Estado e uma política de governo, e aqui voltamos ao fato de ocorrer certa confusão com o que se é levado em conta como cultura ou política cultural no município campista. Uma política de Estado caracteriza-se por ações planejadas a longo prazo e dotadas de estabilidade institucional, a exemplo do atual Plano Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes; por conseguinte, sua continuidade não deve ser afetada por alternâncias no poder executivo ou rearranjos administrativos. Em contrapartida, as políticas de governo possuem caráter episódico e restrito ao mandato dos gestores públicos de turno, tendendo a se encerrar com o fim de suas respectivas gestões. Compreender essa dicotomia é fundamental, uma vez que a administração municipal historicamente

reduziu o setor cultural a eventos promovidos pelas gestões. Essas ações episódicas geraram o fenômeno frequentemente apontado na literatura sobre o município: o clientelismo. Conforme as análises de Dantas (2019), Ferreira (2006), Figueiredo (2019) e Guimarães (2017), *apud* Semensato e Barbalho (2023), as administrações municipais depararam-se com severos desafios de gestão devido à tendência de mimetizar as prioridades das políticas culturais ao perfil do governante do momento. Essa dinâmica personalista faz com que as ações fluam de maneira desorganizada (quando não surpreendente), abrindo lacunas institucionais que alimentam práticas clientelistas.

Esse modelo de "balcão de negociação", decorrente da ausência de estruturas permanentes, consolida-se como um dos principais obstáculos para a efetivação de políticas públicas estruturadas em Campos dos Goytacazes ao longo dos anos e, conseqüentemente, desvalorização e falta de reconhecimento aos atores que estão diretamente envolvidos. Nossa pesquisa, com base em análise bibliográfica, entrevistas e pesquisa de campo, permitiu o tracejado dos caminhos e atravessamentos que a cultura campista sofreu, que resultaram no cenário atual da cidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa e baseia-se em uma abordagem que combina pesquisa teórica com a validação empírica. É utilizada a triangulação de dados para a confecção da análise, considerando a pesquisa de campo, a revisão bibliográfica e documental e as entrevistas estruturadas. A pesquisa documental se fez necessária e importante por se tratar de um campo complexo e plural. Foi necessário para entender a linha do tempo da cultura de forma nacional, as discussões iniciais do tema após o período de redemocratização, o que os atores políticos elaboraram e entenderam por cultura como algo público. Partindo desses levantamentos, nos debruçamos sobre os estudos sobre a concepção de cultura no Brasil, o seu desenvolvimento e o desenho das diretrizes realizadas pelo governo federal. Buscou-se compreender os mecanismos dos incentivos federais estabelecidos para que os municípios pudessem formular e gerir os seus respectivos planos de cultura. Logo, a pesquisa documental e bibliográfica consistiram na coleta de dados em fontes

oficiais. A revisão bibliográfica foi realizada por meio de palavras-chaves previamente estabelecidas e consideradas fundamentais para o acesso ao tema central.

Assim, iniciamos a pesquisa tendo como base as leis municipais em vigor que fossem do segmento do campo cultural, tais como: A Lei Municipal nº 9.065/2021, que institui o planejamento estratégico para o período de 2021 a 2031 (Plano Municipal de Cultura - PMC); a Lei Municipal nº 8.530/2013, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) que articula as políticas públicas culturais locais de forma pactuada com a sociedade civil e os demais gestores públicos; a Lei Municipal nº 8.697/2016, que guia o Conselho Municipal de Cultura (COMCULTURA), definindo-o como um órgão colegiado, paritário e deliberativo que garante a participação social na gestão da cultura e a Lei Municipal nº 8.205/2010 que institui o Fundo Municipal de Cultura (FUNCULTURA), o principal mecanismo de financiamento e fomento do setor.

Outra parte essencial do método é o trabalho de campo e observação participativa, tornando viável assim participar de forma imersiva no cenário cultural campista, possibilitando que a pesquisa fosse para além da teoria e aproximando das demandas de produtores e gestores culturais na prática.

Junto a estes processos anteriores fez parte do nosso trabalho também as entrevistas com os trabalhadores culturais ativos para registrar suas vivências no campo cultural de Campos dos Goytacazes e é importante ressaltar que utilizamos o método “bola de neve” para as entrevistas, em que todos os entrevistados indicaram outros nomes para a realização de entrevistas posteriores. Por meio das entrevistas, foi possível o aprofundamento nas experiências vividas pelos trabalhadores do setor cultural. Foram elaborados roteiros estruturados com cerca de 12 perguntas, constantemente adaptados à trajetória de cada agente. Após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assegurava a preservação da identidade dos participantes, as entrevistas foram registradas em áudio para posterior transcrição. Na Imagem 1, são reunidos registros desses momentos, nos quais apenas as pesquisadoras aparecem. As imagens dos entrevistados foram suprimidas com o objetivo de garantir seu anonimato.

Assim, foi possível avançar para outra etapa da pesquisa com um acúmulo de informação ainda maior. As idas ao campo da pesquisa possibilitaram a inserção no tema pesquisado de forma que abriu caminhos para a observação e escuta sobre a produção da cultura, as políticas públicas e o fomento das mesmas na região.

Ao longo das atividades de campo, a equipe de pesquisa participou de eventos voltados ao debate sobre cultura e planejamento setorial no município. Nesse âmbito, realizou-se, em 2025, uma reunião técnica com a então presidenta da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Fernanda Campos.

Ademais, a pesquisa incluiu a observação participante no Festival Doces Palavras, promovido entre os dias 5 e 9 de novembro de 2025, integrando a programação de reinauguração do Palácio da Cultura de Campos dos Goytacazes. O acompanhamento presencial concentrou-se nos dias 5 e 6 de novembro, viabilizando a participação em duas mesas temáticas dedicadas às políticas culturais locais.

Em contato com os trabalhadores do Palácio de Cultura, tivemos a oportunidade de passar um dia acompanhando o trabalho da equipe. No segundo semestre de 2025, assistimos a uma reunião *online* do Conselho Municipal de Cultura. Para a metodologia da pesquisa do projeto aplicado, todos esses espaços foram fundamentais por possibilitarem compreender diversas perspectivas, ouvir as demandas dos produtores de cultura e as propostas dos gestores, bem como avaliar o que os textos das leis de cultura propõem e o que está sendo de fato implementado no município, acompanhando, na prática, as condições e oportunidades dos trabalhadores de cultura de se fazerem visíveis nessa construção.

REGISTROS DAS COLETAS DE DADOS E DISCUSSÕES

Imagem 1 - Registros da participação da bolsista, voluntária e orientadora nas entrevistas realizadas



Fonte: Acervo do Projeto (2026).

Imagem 2 - Pesquisa de Campo no Palácio da Cultura realizada pela aluna bolsista



Fonte: Acervo do Projeto (2026).

Imagem 3 - Apresentação da Pesquisa no XVII CONFICT



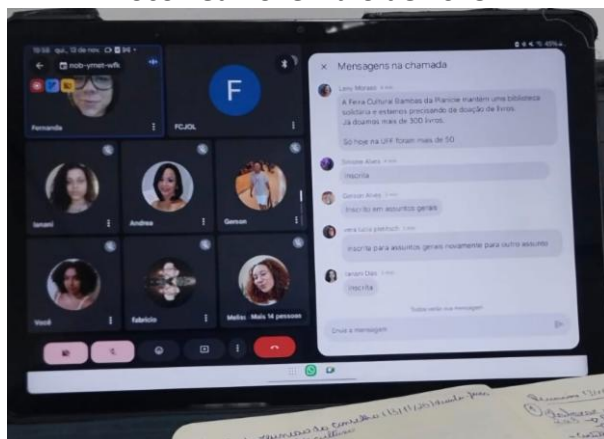
Fonte: Acervo do Projeto (2026).

Imagem 4 - Apresentação da pesquisa na II Mostra de Ciência e Tecnologia



Fonte: Acervo do Projeto (2026).

Imagem 5 - Participação na reunião online do Conselho Municipal de Cultura que ocorreu novembro de 2025



Fonte: Acervo do Projeto (2026).

Imagem 6 - Apresentação da Pesquisa no XVIII Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFICT)



Fonte: Acervo do Projeto (2026).

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Nesta seção, são analisadas as entrevistas estruturadas realizadas com 6 pessoas compreendidas como de atuação relevante no campo cultural do município contatadas a partir da técnica *snowball*. Em conjunto, o grupo reúne vivências de dentro do poder público (gestão, conselhos, fundações), da sociedade civil organizada, da produção artística independente e da pesquisa acadêmica sobre políticas culturais — o que permite cruzar percepções sobre temas comuns a partir de lugares de fala bastante diversos. As entrevistas tiveram como objetivo compreender, a partir de trajetórias e experiências distintas, como a política cultural do município é formulada, praticada e percebida por quem atua diretamente nela.

O roteiro aplicado nas entrevistas — com pequenas variações conforme a trajetória de cada entrevistado — percorreu dez eixos:

- 1) Trajetória pessoal: como cada entrevistado iniciou sua atuação no campo cultural;
- 2) Concepção de política cultural: o que cada um entende por política cultural e como a vê praticada (ou não) em Campos;
- 3) Autodefinição no campo: se os entrevistados se reconhecem como trabalhadores da cultura, fazedores de cultura ou produtores culturais, e as diferenças entre esses termos;
- 4) Plano Municipal de Cultura e editais: se os editais municipais priorizam ações de longo prazo ou se ainda se concentram em financiamentos pontuais ligados a eventos, acessibilidade da linguagem técnica e da burocracia dos editais para grupos de cultura popular e periferia;
- 5) Conselho Municipal de Cultura: papel do conselho, participação na elaboração do PMC, e a regra que impede conselheiros (em especial os do Conselho Fiscal-Curador) de concorrer a editais durante o mandato;
- 6) Conceito de cultura em Campos: se a cultura é entendida localmente apenas como arte e patrimônio material ou também como modos de vida, saberes e práticas cotidianas.
- 7) Instabilidade e descontinuidade: como a ausência de continuidade entre gestões afeta o ânimo e o planejamento dos trabalhadores da cultura;
- 8) Cultura como atividade econômica: se a cultura é vista como profissão ou como hobby/evento pontual, e o que faria dela uma pasta prioritária no município;
- 9) Relação com o poder público: como cada entrevistado avalia sua relação com a Fundação Cultural e demais órgãos responsáveis pela cultura no município, e em que medida percebe escuta e diálogo por parte da gestão;
- 10) Formação de público: em que medida a política cultural do município investe na aproximação entre a produção cultural e a população.

As seis entrevistas analisadas convergem em um diagnóstico comum: o de que a política cultural municipal carece de estrutura administrativa permanente, de continuidade entre gestões e de um entendimento mais ampliado do que constitui cultura para além do patrimônio material e de eventos pontuais mantidos no calendário da cidade. A ausência de escuta institucional contínua, a sobrecarga de equipes técnicas e a falta de investimento em formação completam esse quadro. Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam avanços reais — sobretudo, a partir dos marcos legais federais

recentes — e uma sociedade civil organizada e tecnicamente qualificada, disposta a monitorar e avaliar a efetividade das políticas públicas culturais no município.

A maioria dos entrevistados relata ter iniciado sua relação com a cultura de forma empírica, muito antes de uma formação técnica em gestão cultural — campo que só veio a se consolidar como área de estudo estruturada no Brasil a partir dos anos 2000, como situa um dos entrevistados com trajetória acadêmica, ao recordar que, até aquele momento, o país havia produzido apenas “poucos trabalhos acadêmicos sobre políticas culturais em todo o território nacional”.

Diferentes entrevistados descrevem começos semelhantes: atuação em projetos escolares, universitários e independentes antes de haver estrutura de apoio institucional. Um deles cita a atuação em produção de shows ainda na adolescência, numa época em que o único apoio público atingido foi “um cheque de um vereador para pagar a bateria da banda”, enquanto outro descreve uma trajetória de tentativa e erro sustentada por feiras, oficinas, venda de produtos e bolsas de projetos de extensão universitária, sem mediação institucional direta até muito recentemente — “eu vou me enfiando em tudo o que vejo como possibilidade aqui” —, tendo inclusive criado seu próprio espaço cultural com investimento pessoal e familiar, e não por fomento público. Nesse contexto, espaços como o Sesc e universidades (UFF e UENF) aparecem como portas de entrada para a profissionalização e visibilidade dos artistas no território regional.

Convidados a definir “política cultural”, os seis entrevistados convergiram em uma mesma ênfase em estrutura, continuidade e democratização. Um deles associa política cultural à elaboração de um “plano de ação” construído com quem faz cultura, recusando qualquer política que exclua segmentos da população. Outro aponta para a necessidade de “articulação e planejamento” como pilares da política cultural, destacando o papel do Conselho como ferramenta de democracia representativa. Um terceiro amplia esse raciocínio para uma escala nacional, afirmando que política cultural não poderia ser pensada “no gabinete”, precisando de diálogo constante com a sociedade, bem como soluções diferenciadas conforme a realidade de cada território.

Ainda, política cultural foi definida como “um caminho para... democratizar verbas, democratizar saberes e fazeres”; como “essa estrutura que possibilita ou não a realização das ações culturais, ou da própria existência desses agentes”, acrescentando que ela “vai para além da ferramenta, é realmente a estrutura, é como as coisas se

organizam". Um dos entrevistados é o mais incisivo ao diferenciar arte de gestão, afirmando que política cultural é "um mecanismo para que a cultura ocorra de forma sistêmica dentro do governo", e que a maior parte dos problemas do município decorreria de decisões tomadas por afinidade política ou pessoal, e não por competência técnica em gestão cultural.

A pergunta sobre autodefinição revelou uma diferenciação conceitual recorrente entre os entrevistados, ainda que cada um a articulasse à sua maneira. Um dos entrevistados propôs a distinção mais elaborada: fazedor de cultura é quem pratica uma expressão cultural — muitas vezes herdada, ligada a um território ou a uma ancestralidade — sem que essa prática seja necessariamente sua fonte de renda; já o trabalhador da cultura é quem depende financeiramente dela como profissão.

Essa distinção entre quem vive da cultura e quem vive para a cultura dialoga diretamente com um episódio relatado por outro entrevistado, ligado à mobilização de mestres e mestras de saberes tradicionais para que acessassem editais: uma artesã sem acesso à internet e um artesão detentor de um saber tradicional simplesmente não se reconheciam como "fazedores de cultura" — um deles chegou a recusar a inscrição, minimizando o próprio ofício, apesar de ser "um dos raros detentores do saber fazer" daquela técnica. O episódio evidencia, na prática, um problema apontado por outros entrevistados: o edital pressupõe uma autopercepção de si como sujeito de direitos culturais que boa parte dos fazedores populares não possuem, e que nenhuma política pública vigente auxilia na sua construção sistemática.

A temática da política de editais foi um dos eixos com maior concordância entre os entrevistados, embora com nuances importantes. Há consenso de que os editais — sobretudo após a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e a Lei Paulo Gustavo no contexto pós-pandemia — representaram um salto em relação a um cenário anterior de ausência quase total de editais no município (um dos entrevistados relata ter escrito, ainda em 2013, "o primeiro edital da vida do nosso município"). Ao mesmo tempo, quase todos os entrevistados apontaram que a linguagem técnica e as exigências burocráticas dos editais dificultam o acesso de grupos de cultura popular, pessoas com baixa escolaridade e a participação de coletivos do interior do município.

Um dos entrevistados é especialmente crítico quanto a esse ponto, descrevendo o surgimento de uma nova categoria de intermediários que trabalha para escrever

projetos para terceiros, muitas vezes sem qualquer vínculo com a produção cultural em si: "está gerando uma outra categoria [...] que se beneficia financeiramente da cultura, mas ele às vezes nem é fazedor de cultura." Outro entrevistado, que atuou diretamente na gestão dos editais municipais, explica que a linguagem técnica decorre, em parte, da necessidade de seguir modelos padronizados exigidos pelo governo federal nos editais públicos de cultura), defendendo que a solução está menos em simplificar a linguagem e mais em qualificar continuamente os fazedores de cultura para lidar com ela.

Essa mesma tensão entre simplificação e burocracia necessária aparece na resposta de outro entrevistado, que observa que a simplificação emergencial dos editais durante a pandemia (com formulários curtos, sem exigência de prestação de contas complexa) foi seguida por um retorno à burocracia considerada necessária no período posterior, e que essa oscilação entre regras mais e menos rígidas gera insegurança em quem depende desses recursos — "isso, sim, gera um lugar de insegurança" - afirmou um entrevistado. O mesmo entrevistado nota, ainda, que "muitas pessoas não entendem a possibilidade ainda do trabalho delas estar inserido num edital", reforçando a ideia, já apontada, de que falta uma política contínua de aproximação entre editais e fazedores de cultura, e não apenas ações pontuais de capacitação.

Um dos entrevistados, com trajetória de pesquisa em nível nacional, amplia essa discussão afirmando que a distribuição de recursos por edital é, no limite, um instrumento limitado diante de um "cobertor curto": não existe desenho de edital que atenda a toda a diversidade de públicos, sendo necessário combinar diferentes ferramentas — editais, premiações, bolsas continuadas — e qualificar tanto quem gere quanto quem propõe.

É importante destacar que alguns dos entrevistados já participaram diretamente da equipe ou dos quadros do Conselho Municipal de Cultura, incluindo posições de presidência, relatoria do Plano e vice-presidência. Há concordância, com pequenas variações, de que a vedação à participação de conselheiros em editais é necessária para garantir transparência, mas com uma ressalva importante: a restrição deveria valer especificamente para quem integra o Conselho Fiscal-Curador (o órgão que fiscaliza diretamente os editais e o Fundo Municipal de Cultura), e não para todo e qualquer conselheiro.

Quanto ao papel do Conselho em capacitar fazedores de cultura para acessar editais, há convergência entre os entrevistados de que essa não é — nem deveria ser — uma

atribuição do Conselho, e sim do poder executivo municipal. Um dos entrevistados defendeu que deveria existir uma política permanente de formação, "não é só porque vai ter edital faz um curso, não [...] Faz um curso permanente".

Questionados sobre se a cidade compreende cultura de forma ampliada — incorporando modos de vida, tradições e saberes populares — ou de forma restrita a arte e patrimônio material, os entrevistados convergiram em suas respostas. Para eles, predomina, em Campos, uma visão restrita, centrada no patrimônio edificado e em eventos pontuais, com pouco reconhecimento de práticas cotidianas e imateriais que têm se tornado usuais.

Um dos entrevistados traz o exemplo mais vívido desse descompasso, citando a perda de tradições como o costume do doce "chuvisco" em festas, o linguajar da baixada campista e a tradicional dança folclórica "mana-chica", originária da localidade do Caboio, concluindo: "isso tudo já foi patrimônio. Está lá na nossa legislação [...] Está dentro do nosso plano de cultura. Mas o que efetivamente está sendo reconhecido?" Outro entrevistado, a partir de sua experiência em nível nacional, generalizou esse diagnóstico ao pontuar que: as políticas culturais tendem a ficar concentradas no centro das cidades, negligenciando que "o direito à cidade significa que no lugar onde o sujeito mora e vive ele tem que ter direito à prática".

Sobre a descontinuidade das políticas culturais municipais, os entrevistados relataram o desgaste de atuar em um campo marcado pela descontinuidade entre as mudanças das administrações públicas. Um deles resume essa percepção citando uma frase que "a cultura de Campos anda em soluços" — uma metáfora para ações que começam, são interrompidas e depois retomadas do zero por outra gestão, sem memória institucional.

Outro entrevistado relatou o desgaste pessoal deste ciclo de forma direta, afirmando que a gestão à frente do Conselho prejudicou sua própria saúde mental, na luta para não perder recursos da Lei Aldir Blanc, e que, ao sair, viu o trabalho construído ser desarticulado pela gestão seguinte. Um terceiro entrevistado, com um olhar ainda mais técnico atribuiu essa instabilidade a uma falta de planejamento orçamentário crônica, ilustrando com o exemplo de um festival literário que quase foi cancelado por falta de recursos, mesmo estando previsto no calendário do município há bastante tempo.

O problema orçamentário aparece também na fala de outro entrevistado, que relatou o dismantelamento de uma equipe técnica dedicada a editais e ao Fundo de

Cultura logo no início de uma nova administração — "isso foi desmantelado (...), só ficaram os secretários (...) então os editais saem errado, escrito errado, não houve, não há escuta" — e descreve a não nomeação, por meses, dos representantes do Fundo Municipal de Cultura, colocando em risco o acesso aos recursos federais já mencionada por outro entrevistado em relação à Lei Aldir Blanc: "o que isso pode acarretar? A perda de três milhões de reais".

A esse quadro se soma o relato de outro entrevistado sobre sua breve passagem como servidor, descrevendo "profissionais sobrecarregados, profissionais exaustos tentando ir na contramão do que está sendo feito", e justificando sua própria saída porque "não estava conseguindo fazer o que eu fui convidado para fazer. Aí não tinha mais porque estar ali". Esse relato se conecta também à observação de outro entrevistado sobre profissionais tecnicamente qualificados que adoecem ou se retiram do cargo por sobrecarga e falta de apoio institucional das lideranças superiores.

Ainda, um dos entrevistados ofereceu uma interpretação estrutural para esse fenômeno, afirmando que a diferença entre municípios que conseguem construir políticas culturais consistentes e os que não conseguem "é disposição política", não escassez de recursos.

Há consenso entre os entrevistados de que, apesar de existir um núcleo de profissionais que vivem exclusivamente da cultura, a percepção predominante — tanto da população quanto, sobretudo, do poder público — ainda trata a atividade cultural como *hobby* ou entretenimento, não como trabalho técnico e remunerado. Um dos entrevistados estima que boa parte das pessoas envolvidas em cultura no município vivenciam como *hobby*, e que o próprio poder público reage às demandas do setor como se estivesse sendo excessivamente cobrado, sem entender que aquela atividade é, de fato, uma profissão. Outro entrevistado chega a afirmar que, em Campos, dificilmente as pessoas conseguirão viver dignamente da cultura em um horizonte próximo.

Outro entrevistado chega a uma reflexão paralela ao descrever o quanto os editais recentes mudaram sua relação com o próprio trabalho: "isso muda completamente a relação, a possibilidade de remunerar os artistas (...) antes o que eu fazia? Eu era o artista, eu era o designer, eu era a pessoa que limpava, eu era a pessoa que tirava foto". Nesse caso, o edital aparece como a única possibilidade de profissionalização no município.

Todos os entrevistados que abordam esse tema concordam, ainda, na avaliação de que a criação de uma Secretaria Municipal de Cultura com quadro de funcionários concursados seria o passo estrutural mais urgente para reverter esse quadro.

Nota-se nas entrevistas a existência de uma relação ambivalente entre os entrevistados e os órgãos públicos de cultura: em geral, relatam boa relação pessoal com o corpo técnico, mas há também tensão, desconfiança ou distanciamento em relação às lideranças políticas. Há a descrição de que a proximidade entre poder público e agentes culturais se dá quase exclusivamente pelo canal formal e pontual dos editais, e não por uma relação de acompanhamento contínuo.

Nesse sentido, um entrevistado relata distanciamento entre demandas da sociedade e do poder público, fazendo com que reuniões do Conselho fossem "levadas a fogo brando, que não se resolve, que não se faz nada, que diz que faz e não faz". Outro entrevistado, mesmo sem atuação direta no Conselho, cobra um movimento físico e simbólico da gestão pública em direção aos espaços culturais e aos agentes que ali produzem: "não recebemos nas nossas ações visitas de quem está dentro da gestão pública do município, no setor da cultura".

Além disso, foi relatado que o distanciamento também se dá entre cultura e população, com a ausência de investimento em formação de público: "a gente precisa formar esse público (...) a gente escuta, ainda hoje, as pessoas falarem que Campos não tem nada, não tem nada para fazer". Esse ponto acrescenta uma dimensão até então pouco explorada nas demais entrevistas: não basta ampliar o acesso de produtores culturais a recursos e viabilizar a realização de eventos e exposições, é necessário também que a política cultural invista para que a população consiga frequentar, compreender e valorizar essas produções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na fase de elaboração e no desenvolvimento deste projeto, o problema central que norteou a investigação estruturou-se a partir de duas questões fundamentais: o município possui políticas culturais estruturadas? Os munícipes têm conhecimento delas? Diante dessas indagações, o estudo buscou compreender a trajetória histórica das políticas culturais em Campos dos Goytacazes. Inicialmente, observou-se que,

apesar de o município dispor de um robusto patrimônio e arcabouço cultural, o setor foi preterido por anos ou, frequentemente, associado no imaginário social à promoção de eventos pontuais oriundos do interesse e criatividade da gestão vigente. Essa dinâmica ocorreu em detrimento da consolidação de uma política pública de Estado que prevê garantias de financiamento, mecanismos de implementação e impactos de longo prazo na população. Após a análise dos dados, nota-se uma inclinação à condução de políticas de governo no município, o que gera uma “política de balcão”. Essa dinâmica resulta em investimentos e fomentos desequilibrados entre os diversos segmentos artísticos, gerando uma concorrência desleal dentro do próprio campo cultural, fragilizando memórias populares e tradições e precarizando o trabalhador da cultura.

A pesquisa conclui que o cenário de Campos dos Goytacazes é marcado por profundas contradições no que tange à cultura. O município possui vasto repertório cultural, festas religiosas, um grande quantitativo de artesãos, trabalhadores do carnaval, das festas de São João, de doceiras tradicionais, de trabalhadores do teatro e da música, entre tantos outros que nem sempre são partícipes, representados ou considerados pelo sistema.

Além disso, o próprio modo de viver nas comunidades tradicionais são verdadeiras fontes culturais. Mas com as instabilidades da gestão pública frequentemente sofreram com falta de recursos e até de reconhecimento. Reduzir a cultura de Campos somente a eventos é deslegitimar o modo de viver dos próprios campistas. A cultura gera renda e também deve ser considerada um modo de viver, fazendo urgente políticas públicas estruturadas que não desapareçam a cada mudança de governo.

Nos relatos da entrevistas com os produtores de cultura foi notável que a instabilidade que obstaculizou o desenvolvimento da área por anos, afetou e ainda afeta a forma de desenvolver os trabalhos e projetos no tempo presente. Com a mudança que ocorreu em escala nacional na cultura e a forma de fazê-la, o município de Campos buscou se alinhar a essas mudanças, mas isso aconteceu graças, particularmente, aos trabalhadores da cultura que lutaram para que o cenário de instabilidade cultural mudasse, e dessas lutas resultaram o vigente PMC.

De acordo com Rocha e Peixoto (2015), o setor da cultura na cidade de Campos ganhou corpo nos anos 1990, tendo criado nesta época três importantes instituições culturais, a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Fundação Zumbi dos Palmares e Fundação Trianon. A cidade criou, ainda, anos depois no período dos anos 2010 uma Secretaria Municipal de Cultura que nos dias presentes não existe mais. A secretaria deixou de existir no município nesta mesma época e sua descontinuidade foi justificada para contenção de gastos do município como apontado por Rocha e Peixoto (2015). Assim, por meio dos estudos foi possível observar mais uma vez o recorrente problema de instabilidade institucional que a cidade de Campos ao longo dos anos sofreu. Tal situação se relaciona com a identidade de quem vive direta e indiretamente da cultura no município.

Com a movimentação dos coletivos culturais e trabalhadores, o município conseguiu estruturar alguns pontos necessários para manter o funcionamento da área, sem garantias de estabilidade ou igualdade na distribuição de fomentos e investimentos. Cabe ressaltar que as Conferências Municipais têm um papel de destaque e grande importância nessa transição que ocorreu no campo da cultura na cidade. Foi por meio dessas conferências entre sociedade civil e gestores públicos que possibilitaram o levantamento das demandas dos trabalhadores culturais e a necessidade de assegurar o direito de fazer e acessar a cultura de forma plena, modificando a forma que antes dominava o setor. As primeiras três Conferências segundo Semensato (2014) não tiveram efeito imediato, considerando a primeira em 2006. Entretanto, elas formaram uma ponte de diálogo inicial e um passo crucial para a criação do Conselho Municipal de Cultura:

É possível afirmar que as três conferências não exerceram influência significativa no cenário das políticas culturais do município. Como aqui foi exposto, esse resultado já era esperado em casos onde a descontinuidade política é constante e onde não há um processo contínuo na realização das conferências. Entretanto, cabe aqui ressaltar que a Conferência trouxe alguns ganhos. Mesmo diante de um ambiente permeado pela ausência de políticas participativas e contínuas, imerso em políticas de apadrinhamento, a I Conferência foi capaz de mobilizar, ao menos, alguns grupos da sociedade civil. E para estes, foi capaz de valorizar a cultura e, bem como para políticos e gestores da época, que viram a mobilização da sociedade. Foi o

pontapé para criação do Conselho Municipal de Cultura. Foi capaz de promover um diálogo entre os atores sociais, e extrair um traçado político para Políticas Culturais, mesmo que genérico e conflituoso. Infelizmente esses ganhos não foram levados adiante pela administração pública que assumiu o governo posterior, que em nada guiou seus programas tendo por base o relatório final e as resoluções debatidas no evento (Semensato, 2014).

As Conferências continuaram a acontecer nos anos de 2012, 2013, 2014, 2016 e 2018 e, atualmente, fomentam o movimento de valorização e reestruturação do setor cultural em Campos. Ao analisar esse processo lento, Semensato (2014) acrescenta que isso é algo esperado, dadas as questões profundas de descontinuidade do município. Mesmo com tais situações, tanto os participantes da sociedade civil quanto os gestores usaram esses registros das conferências de cultura para estruturar o plano em vigor, o Plano Municipal de Cultura (2021-2031).

O município se organizou e buscou firmar no campo cultural o que os agentes culturais chamam de “CPF” da cultura, que é o conjunto institucional composto pelo Conselho, Plano e Fundo, isto é, três peças fundamentais do Sistema Nacional de Cultura. O Conselho é regido pela Lei nº 8.697/2016, é o órgão paritário e deliberativo que acompanha a execução das políticas públicas. Um marco de grande importância foi a alternância da presidência, em 2020 quando pela primeira vez um membro da sociedade civil tomou posse da cadeira e presidiu o COMCULTURA, o professor Marcelo Sampaio. A FUNCULTURA Lei nº 8.205/2010 é o mecanismo de financiamento e a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL) é quem realiza a coordenação geral do sistema, sendo responsável por gerir equipamentos culturais da cidade como o Museu Histórico e o Teatro Trianon.

Atualmente pode-se afirmar que há um sistema estruturado fruto da luta dos trabalhadores e da sociedade civil que se mostrou presente por meio das Conferências com apresentação das suas demandas. Entretanto, ainda há questões basilares que reverberam de forma desigual. Na pesquisa, um dos pontos que se destacou foi que hoje a forma de obter fomento é por meio da política de edital, que surge como mecanismo fundamental para a manutenção de um processo comum para todos e amplo no que se refere à participação dos trabalhadores de cultura de todas as áreas. Contudo, apesar dessa ferramenta buscar o processo de participação igual para aqueles que concorrem,

eliminando a antiga política de balcão, nova lacuna é desvendada justamente por conta dos editais serem burocráticos e muitos trabalhadores terem dificuldades em se adaptar a essa nova forma de receber investimento, seja por estarem acostumados com a forma antiga ou pelo de fato não terem acesso a estrutura esperada para disputarem os editais, como por exemplo, a importância das construções e atualizações de seus portfólios de trabalhos. Aliás, essa questão foi bastante observada ao longo desses meses de pesquisa: muitos daqueles que fomentam a cultura — seja com seus doces típicos, seja com tradições comunitárias ou artesanato — não se enxergam como trabalhadores da cultura, e a vasta experiência de trabalho que possuem é fomento para o desenho de uma política pública eficaz no território.

É notável que existe um esforço tanto da Fundação de Cultural Jornalista Oswaldo Lima, quanto dos coletivos e agentes com o cuidado de seguir o Plano Municipal de Cultura, mas é patente a existência de uma falha na comunicação entre gestores e os produtores de cultura. É uníssono a predominância de setores da cultura em detrimento de outros, como foi nos relatado como os trabalhadores do audiovisual conseguiram se adaptar de forma mais rápida as regras técnicas exigidas dos editais quando comparados a outros produtores, do outro lado, os fazedores de cultura da cultura popular e da periferia relatam uma certa exclusão por conta da linguagem burocrática dos editais de fomento e um distanciando das políticas locais.

Entre os esforços públicos para uma política cultural democrática e de fácil acesso e divulgação é o Mapa Cultural Campista, lançado em 2023 onde os coletivos, agentes, produtores e trabalhadores da cultura em geral podem se registrar e ter um perfil informativo sobre eles e seus trabalhos, essa ferramenta visa concentrar e facilitar a comunicação no campo cultural de Campos, a plataforma foi desenvolvida pela Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima em parceria com o centro de informações e dados de Campos.

O projeto navegou por meio das entrevistas, literatura e campo de pesquisa na trajetória de Campos e nas suas políticas culturais que nos permitiram elaborar uma linha do tempo delas e nosso produto resultou em um panfleto que foi apresentado na segunda sessão do Confict que a pesquisa participou. A cidade dada a sua história deu relevantes passos no campo cultural, buscando ter uma política cultural estruturada

com os elementos necessários para de fato ser uma engenharia política e não contar somente com um interesse do governo vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto caminhou com seus objetivos e cumpriu com o seu papel de mapear essa notável transição entre ações de governo e políticas de Estado. É um marcador que o município tem em sua trajetória um histórico de muitas instabilidades no setor da cultura, mas a criação do Plano Municipal de Cultura e o CPF da cultura representam um grande marco para que essa instabilidade institucional fique no passado e que a cidade de Campos passe a criar políticas culturais permanentes, ou seja, que não fique refém dos interesses e preferências dos gestores públicos. Os problemas que persistem, como a questão da comunicação com alguns trabalhadores da cultura, é algo a se prestar atenção, fazendo necessário criar uma ferramenta que possa mediar tais lacunas. Esses aspectos demonstram que o Estado precisa atuar mais fortemente como um agente democratizador, pensando em todas as circunstâncias que atravessam esses trabalhadores e que nem todos conseguem se adaptar rapidamente a novas burocracias, como as dos editais e conseqüentemente na prestação de conta dos mesmos.

A ideia de ter um catálogo das políticas públicas de cultura disponíveis é para mostrar que sim as políticas da cidade evoluíram, mas que ainda existem questões a serem resolvidas. Não é para ser um ferramenta apenas como um inventário mas algo pedagógico e informativo. Ilustrando o quão resilientes foram os agentes de cultura no município, não deixando de lutar para que fossem reconhecidos e que a cultura recebesse o mesmo tratamento que as demais pastas. A cultura precisa ser acessada por todos, é um direito. A trajetória campista segue em movimento, seguindo um fluxo de constante luta para lembrar e fazer valer o texto da lei que está em vigor. Se hoje Campos vive o início de uma virada cultural, de forma iniciante é fruto do movimento de coletivos e agentes independentes que sempre buscaram dialogar com os gestores públicos. Diante disso, o desenvolvimento dos trabalhos de campo e entrevistas nos permitiram captar a realidade do cotidiano destes trabalhadores, e assim validando a

pesquisa teórica, possibilitando que chegássemos ao final do projeto. O município tem um campo a ser explorado e muito rico, a cultura campista é valiosa e diversa, a pesquisa notou os percalços do setor, mas também vimos muita luta e bons frutos vindos delas.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3. (III ENECULT), Salvador, 2007.

_____. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. Proa: Revista de Antropologia e Arte, Campinas, v. 1, n. 1, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LIPSKY, Michael. Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. 30th anniversary ed. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. Journal of Public Policy, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SEMENSATO, Clarissa A. G. Os impactos das conferências de cultura: problematização com base no estudo de caso de Campos dos Goytacazes. V Seminário Internacional – Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Simonne (Organização). Políticas culturais: trajetórias e diálogos em Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2015.

ROCHA, Elisabeth Soares da; PEIXOTO, André Luís Almeida. Políticas públicas e gestão de cultura em Campos dos Goytacazes – RJ. Revista Grifos, v. 24, n. 38/39, p. 92-112, 2015.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. O sistema nacional de cultura e a institucionalização das políticas culturais municipais. In: X Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2023, Brasília - DF. Anais. Brasília: Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), 2023. ISSN: 2594-5688.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). Lei nº 9.065, de 31 de maio de 2021. Institui o Plano Municipal de Cultura de Campos dos Goytacazes e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: Gabinete do Prefeito, 2021

ANEXO 1 - Estrutura do roteiro de entrevista elaborado pelas participantes do projeto

1-Como iniciou sua vivência no campo cultural?

1.1- Entre o setor cultural, como vocês se veem ou definem? Há um termo que considera mais adequado ao se referir, como trabalhador da cultura, fazedor ou produtor cultural?

1.2 -O que você entende como política cultural?

1.3- Na nossa conversa no CONFICT você mencionou sobre o Conselho Municipal de Cultura. Qual foi a sua participação na elaboração, ou processo do Conselho Cultural de Campos?

2- Os editais são frequentemente criticados por sua linguagem técnica e exigências burocráticas. O município tem conseguido simplificar esses processos para garantir que grupos da cultura popular e da periferia, que carecem de experiência em gestão, possam acessar os recursos?

3- O Plano Municipal de Cultura (PMC) visa transformar a "política de eventos em política cultural". Os editais municipais atuais priorizam o fomento da produção cultural de longo prazo ou ainda se concentram em financiamentos pontuais ligados a eventos?

4- Os editais e chamamentos públicos municipais têm sido eficazes em Campos dos Goytacazes para superar o histórico de clientelismo e privilégios na distribuição de recursos culturais?

5- Com a reestruturação do COMCULTURA, foi estabelecido o impedimento de os membros participarem de qualquer edital promovido pelo setor cultural do município durante o mandato. Você considera essa regra uma medida necessária para garantir a transparência e imparcialidade, ou um obstáculo para a participação de produtores culturais mais ativos na gestão?

6- A gestão cultural no Brasil, especialmente após a era Gilberto Gil (anos 2000), buscou a ampliação do conceito de cultura. Na sua experiência, o que o conceito de "cultura" abrange em Campos dos Goytacazes? Você a vê apenas como arte e patrimônio, ou ela incorpora também os "modos de vida, valores de coesão e solidariedade" da comunidade?

7- Apesar da cidade possuir recursos econômicos consideráveis, a política cultural tem sido historicamente marcada por ausência e instabilidade. Como essa instabilidade afeta o ânimo e a capacidade de planejamento dos trabalhadores da cultura em Campos?

8- O PMC busca incitar o desenvolvimento e a produção artístico-cultural como vetores culturais, geradores de renda sustentável e expressão da criatividade. Na sua vivência, a cultura é vista e tratada como uma atividade econômica profissional e uma fonte de sustento digno em Campos, ou é majoritariamente vista como *hobby* ou evento pontual? Na sua opinião, o que precisaria ser feito para tornar a cultura uma pasta de prioridades no município?

9-O COMCULTURA oferece instruções e apoio e acompanhamento para que os artistas e fazedores de cultura locais possam participar dos editais municipais, estaduais e federais e realizar a prestação de contas de forma adequada?

ANEXO 2 - Termo de consentimento preenchido pelos entrevistados

“Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Entrevista)

As informações contidas neste formulário têm por objetivo firmar um acordo escrito com o(a) participante da entrevista a ser concedida à pesquisa intitulada "Cadê a política que estava aqui? A produção de um catálogo de políticas públicas culturais para o município de Campos dos Goytacazes", concordando com sua atuação mediante o conhecimento da natureza dos procedimentos a serem realizados, conforme abaixo:

A entrevista consiste na coleta de respostas que serão gravadas tendo como finalidade a transcrição e, posteriormente, publicação;

A gravação é de uso restrito para produção da transcrição e em nenhuma hipótese será publicizada. A transcrição será revisada pelo depoente antes da publicação, considerando possíveis recortes e adequações.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir a publicação de sua entrevista.

E-mail:

Nome Completo:

Após a leitura e compreensão das informações presentes na descrição deste formulário, entendo que minha participação é voluntária e autorizo a execução do trabalho de transcrição e a divulgação das informações obtidas na entrevista, de forma agregada, assim como ela foi concedida.

☐ Concordo.

☐ Não concordo.”



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

**ANEXO 3 - Produto inicial distribuído na apresentação do XVIII Congresso Fluminense
de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFICT)**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Vinte e Oito de Março, 40-156 - Parque Tamandaré

SUBSECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Alvarenga Filho, S/N - Palácio da Cultura - Praça da Bandeira - Centro

CADÊ A POLÍTICA QUE ESTAVA AQUI?

A produção de um catálogo de políticas públicas culturais para o município de Campos dos Goytacazes

O QUE É ESTE CATÁLOGO?

Esta é uma pesquisa financiada pelo Programa Mais Ciência que busca mapear a história das políticas culturais em Campos dos Goytacazes, valorizando a diversidade cultural do município e contribuindo para o acesso à memória campista. Aqui, parte-se da ideia de que a cultura é um elemento fundamental da vida social e do acesso à cidadania.

PESQUISA CONSTRUÍDA COM DIFERENTES VOZES

Reúne análises de documentos e entrevistas com pesquisadores, gestores públicos, trabalhadores da cultura e artistas locais, com o objetivo de compreender diferentes experiências e perspectivas sobre o desenvolvimento das políticas culturais no município.

DESAFIOS DA CULTURA NO MUNICÍPIO

A pesquisa também identificou desafios enfrentados pela cultura local, como a descontinuidade de políticas públicas, mudanças administrativas e dificuldades de acesso a editais e informações, e destaca a importância da participação entre sociedade civil e poder público na construção de políticas culturais mais democráticas e duradouras.

CULTURA COMO DIREITO E DESENVOLVIMENTO

A cultura é um direito democrático e também um importante campo de trabalho e geração de renda. Este catálogo foi pensado como uma ferramenta de consulta pública, de fácil acesso, para apoiar pesquisas, ações culturais e o conhecimento sobre as políticas que movimentam a cultura campista.



LINHA DO TEMPO CULTURAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

PRIMEIROS PASSOS NA ORGANIZAÇÃO CULTURAL E DESAFIOS DA CENTRALIZAÇÃO

1970 - Criação do primeiro Conselho Municipal de Cultura (COMCULTURA)

1979 - Estabelecimento do primeiro COMCULTURA, com o objetivo de elaborar o Plano Municipal de Cultura (PMC)

1985 - A Lei nº 4.380 reestrutura o Conselho, tornando-o órgão deliberativo, mas com centralização nos gestores públicos

1994 - Lei nº 5.796 estabelece nova estrutura para o Conselho, preservando a centralização na escolha de membros pelo prefeito

AVANÇOS NA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA E COLEGIADA DA CULTURA

2006 - Primeira Conferência Municipal de Cultura, sob o tema "Cultura, Sociedade e Identidade", resultando em 100 propostas para o Plano Municipal de Cultura

2007 - Lei nº 7.919 assegura o COMCULTURA como órgão colegiado deliberativo e paritário, essencial para a participação civil

2009 - Lei nº 8.109 visa a institucionalização participativa das políticas culturais, consolidando a gestão democrática

Fim da Década - Estabelecimento de bases para uma gestão cultural mais transparente e colaborativa no município

CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE FOMENTO E GESTÃO PARA A CULTURA LOCAL

2010 - Lei nº 8.205 institui o Fundo Municipal de Cultura (FUNCULTURA), provendo recursos financeiros para o setor

2013 - Lei nº 8.530 cria o Sistema Municipal de Cultura (SMC), organizando as instituições e políticas culturais

2019 - Decreto Municipal nº 332 revisa o regimento do COMCULTURA, estabelecendo a alternância anual da cadeira da presidência

Fim da década - Consolidação de um arcabouço legal e institucional robusto para a gestão e o fomento cultural em Campos

MARCOS RECENTES PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM ACESSO CULTURAL

2020 - COMCULTURA é presidido pela primeira vez por um membro da sociedade civil, marcando um avanço na representatividade

2021 - Sanção da Lei nº 9.065, que institui o Plano Municipal da Cultura (PMC), com vigência entre 2021 e 2031, delineando metas de longo prazo

2022 - Campos lança o Mapa Cultural Campista, sendo este um marco para a democratização do acesso à produção cultural na cidade

Presente - Continua evolução e busca por maior engajamento comunitário e acesso inclusivo à produção cultural

ANEXO 4 - Produto final: Catálogo das políticas culturais de Campos dos Goytacazes





PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

Linha do tempo das políticas culturais de Campos dos Goytacazes



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Vinte e Oito de Março, 40-156 - Parque Tamandaré

SUBSECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Alvarenga Filho, S/N - Palácio da Cultura - Praça da Bandeira - Centro

As primeiras iniciativas de institucionalização da política cultural em Campos dos Goytacazes

A década de 1970 marca o início da organização institucional das políticas culturais em Campos dos Goytacazes. Nesse período, foram criados a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), com o objetivo de gerir a cultura do município, e o primeiro Conselho Municipal de Cultura, como um espaço voltado à discussão das ações culturais municipais. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, novas leis reorganizaram o COMCULTURA. Embora tenham ampliado suas atribuições, a participação da sociedade civil ainda era limitada, pois a escolha dos conselheiros permanecia concentrada no poder público.

Deliberação Municipal nº 2.435 de 1970

É estabelecido o primeiro Conselho Municipal de Cultura com caráter consultivo e de assessoria técnica

Lei Municipal nº 4.380 de 1985

Reestrutura e torna o COMCULTURA deliberativo, mas mantém a centralização nos gestores públicos

Lei Municipal nº 5.796 de 1994

Estabelece nova estrutura para o Conselho, preservando a centralização na escolha de membros pelo Executivo municipal

+ Informações disponíveis no Plano Municipal da Cultura. Acesso em: <https://leis.org/mkbzh>

Da institucionalização à participação social

A década de 2000 marcou o fortalecimento da participação social nas políticas culturais em Campos dos Goytacazes. A realização da I Conferência Municipal de Cultura ampliou o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, enquanto novas leis consolidaram o COMCULTURA como um espaço permanente de participação, deliberação e acompanhamento das políticas culturais. Foram definidos sua composição, competências e funcionamento, além de sua vinculação à Secretaria Municipal da Cultura.

2006 - I Conferência Municipal de Cultura

Realizada com o tema "Cultura, sociedade e identidade", reuniu representantes do poder público e da sociedade civil e aprovou 100 propostas para o Plano Municipal de Cultura

Lei Municipal nº 7.919 de 2007

Instituiu o COMCULTURA como órgão colegiado, deliberativo e paritário, responsável por promover a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas culturais

+ Acesse a legislação em: <https://leis.org/ohikj>

Lei Municipal nº 8.109 de 2009

Reestruturou o COMCULTURA, vinculando-o à Secretaria Municipal de Cultura e atualizando sua composição e funcionamento

+ Acesse a legislação em: <https://leis.org/epdbu>

Novos instrumentos para a gestão cultural

Nos anos 2010, Campos dos Goytacazes ampliou a organização de suas políticas culturais com a criação de novos instrumentos de gestão e financiamento. O Fundo Municipal de Cultura e o Sistema Municipal de Cultura foram instituídos, e o Conselho foi reestruturado. Esses marcos buscaram alinhar-se às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura e fortalecer a articulação entre mecanismos de gestão.

Lei Municipal nº 8.205 de 2010

Criou o Fundo Municipal de Cultura (FUNCULTURA), estabelecendo um mecanismo permanente de financiamento para projetos culturais e ações de preservação, formação e produção artística

+ Acesse a legislação em: <https://leis.org/punli>

Lei Municipal nº 8.530 de 2013

Instituiu o Sistema Municipal de Cultura (SMC), integrando o município ao Sistema Nacional de Cultura e articulando o Plano Municipal de Cultura, o Conselho, o Fundo e as Conferências

+ Acesse a legislação em: <https://leis.org/nolub>

Lei Municipal nº 8.697 de 2016

Reestruturou o Conselho Municipal de Cultura, que passou a denominar-se CONCULTURA, atualizando sua composição, competências e atuação na gestão do Sistema Municipal de Cultura e no acompanhamento do Fundo Municipal de Cultura

+ Acesse a legislação em: <https://leis.org/tkolu>

Planejamento e democratização do acesso à cultura

Em 2021, o Plano Municipal de Cultura foi estabelecido como principal instrumento de consolidação da cultura como um direito básico e vetor de desenvolvimento de Campos, estruturando a gestão cultural por meio da integração entre Conselho, Plano e Fundo (CPF), promovendo a participação democrática e a descentralização de recursos e equipamentos para periferias e distritos. Além disso, assegura a preservação do patrimônio e da memória local, e a continuidade das políticas públicas culturais. Posteriormente, o lançamento do Mapa Cultural Campista buscou ampliar o conhecimento sobre a produção cultural do município.

2020

Pela primeira vez, o Conselho Municipal de Cultura foi presidido por um representante da sociedade civil, o professor Marcelo Sampaio

Lei Municipal nº 9.065 de 2021

Instituiu o Plano Municipal de Cultura (PMC), com vigência entre 2021 e 2031. O plano estabeleceu diretrizes, metas e ações para orientar as políticas culturais do município ao longo de dez anos

+ Acesse a legislação em: <https://leis.org/mkbzh>

2022 - Lançamento do Mapa Cultural Campista

Ferramenta digital voltada ao mapeamento de artistas, grupos, espaços e iniciativas culturais do município, ampliando a visibilidade da produção cultural local

+ Acesse o Mapa Cultural Campista em:
<https://mapasculturais.campos.rj.gov.br/>

Políticas nacionais que fortalecem a cultura em Campos dos Goytacazes

Além da legislação municipal, as políticas culturais de Campos dos Goytacazes são fortalecidas por leis federais que garantem recursos para o financiamento de projetos, editais e ações culturais. Esses instrumentos ampliam a capacidade de investimento do município e contribuem para a valorização dos artistas, produtores culturais, espaços culturais e manifestações tradicionais.

Lei Paulo Gustavo (Lei nº 195 de 2022)

Criada como medida emergencial após a pandemia de COVID-19, destinou recursos para apoiar trabalhadores da cultura, promovendo editais e ações voltadas à retomada e ao fortalecimento do setor cultural

+ Acesse a legislação em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm

Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB (Lei nº 14.399 de 2022)

Instituiu um modelo permanente de repasse de recursos da União para estados e municípios, possibilitando o financiamento contínuo de editais, projetos culturais, formação, manutenção de espaços culturais e apoio às manifestações e festas tradicionais

+ Acesse a legislação em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm